

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
NOTA DOS AUTORES – 4ª EDIÇÃO	11
NOTA DOS AUTORES – 3ª EDIÇÃO	13
NOTA DOS AUTORES – 2ª EDIÇÃO	15
NOTA DOS AUTORES – 1ª EDIÇÃO	17
APRESENTAÇÃO.....	21
PREFÁCIO	23

PARTE I

PLENÁRIO DO TRIBUNAL DO JÚRI

1. ATOS ANTECEDENTES À INSTALAÇÃO DA SESSÃO DE JULGAMENTO ..	43
1.1. Reunião x sessão	43
1.2. Organização da pauta.....	44
1.3. Publicação da pauta	45
1.4. Procedimento para o sorteio e a convocação dos jurados	45
1.5. Intimação do MP, OAB e da Defensoria Pública	46
1.6. Intimação dos advogados dos acusados	46
1.7. Publicidade do sorteio.....	47
1.8. Número de jurados convocados.....	48
1.9. Inclusão de novos processos na reunião após o sorteio dos jurados	50
1.10. Convocação dos jurados e nova aferição dos requisitos legais para o exercício da função	51
1.11. Atos processuais e cartoriais antecedentes ao julgamento	54
1.12. Segurança dos trabalhos.....	56
1.13. Refeição, repouso e transporte dos jurados.....	58
1.14. Júris midiáticos	58

1.15. Virtualização do plenário do júri.....	59
1.16. Gravação do julgamento pelas partes.....	60
2. A SESSÃO DE JULGAMENTO	63
2.1. Isenção e dispensa dos jurados	63
2.2. Recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica e política	63
2.3. Recusa injustificada	64
2.4. Crime de desobediência	64
2.5. Jurado emancipado	65
2.6. Jurado analfabeto	65
2.7. Jurado naturalizado, ou estrangeiro, e quem perdeu ou tem suspensos os seus direitos políticos	67
2.8. Jurado com deficiência visual ou auditiva.....	67
2.9. Isentos do serviço do júri.....	68
2.10. Isenção diante da demonstração de justo impedimento	69
2.11. Jurado maior de 70 anos	70
2.12. Direitos dos jurados	70
3. PRESENÇA DAS PARTES E ADIAMENTO DA SESSÃO DE JULGAMENTO ...	73
3.1. Prévia habilitação do Procurador do Assistente de Acusação	73
3.2. Legitimidade da Defensoria Pública para atuar na defesa dos interesses dos assistentes de acusação no processo penal.....	74
3.3. Ausência do Procurador do Assistente de Acusação	76
3.4. Ausência injustificada do representante do Ministério Público	76
3.5. Ausência injustificada do advogado do querelante	76
3.6. Ausência injustificada do defensor do acusado.....	77
3.6.1. O abandono de plenário e a Lei 14.752/2023.....	80
3.7. Participação do defensor de um dos corréus na sessão de julgamento do outro acusado.....	82
3.8. Ausência do acusado solto e devidamente intimado.....	85
3.9. Ausência do acusado preso e não conduzido	86
3.10. Ausência do acusado e condução coercitiva para fins de reconhecimento.....	87
3.11. Ausência da(s) testemunha(s) arrolada(s) em caráter de imprescindibilidade	89
3.12. Ausência da(s) testemunha(s) arrolada(s) sem caráter de imprescindibilidade	90
3.13. Da (im)possibilidade da oitiva de informantes no Tribunal do Júri.....	92
3.14. Da oitiva do(s) ofendido(s).....	92
3.15. Quadro resumido sobre ausências dos envolvidos.....	94

4.	SORTEIO DOS JURADOS.....	97
4.1.	Averiguação da urna ou do sistema eletrônico	99
4.2.	Ausência do número mínimo de jurados	100
4.3.	Entrada do acusado no plenário.....	101
4.4.	Uso de algemas.....	101
4.5.	Utilização de roupas civis pelo acusado em plenário	105
4.6.	Banco dos réus	107
4.7.	Pregão	107
4.8.	Advertência aos jurados	108
4.9.	A incomunicabilidade do Conselho de Sentença	108
4.10.	A incomunicabilidade do Conselho de Sentença no PLS 156/2009	111
4.11.	Impedimento, suspeição e incompatibilidade.....	112
4.12.	Impedimento e atuação em processo de natureza cível.....	114
4.13.	Incompatibilidade	115
4.14.	Hipóteses especiais de impedimento previstas para o Tribunal do Júri.	115
4.15.	Impedimento de cônjuge ao atuar no julgamento de corréu em processo desmembrado.....	116
4.16.	Suspeição	116
4.17.	Inimizade capital.....	117
4.18.	Procedimento.....	117
4.19.	Sorteio e recusas.....	118
4.20.	Do Desmembramento do Processo	122
4.21.	Do Desmembramento do Processo – Teses conflitantes que prejudiquem o direito de defesa	122
4.22.	Recusas pelo Procurador do Assistente de Acusação	123
4.23.	Entrevista prévia ao ato das recusas	123
4.24.	Compromisso dos jurados	125
4.25.	Entrega do relatório, da pronúncia, e das decisões posteriores que jul- gam admissível a acusação	126
5.	DA INSTRUÇÃO EM PLENÁRIO	131
5.1.	Da oralidade como elemento fundante da instrução em plenário	131
5.2.	A instrução em plenário e a divergência entre os arts. 212 e 473 do CPP	131
5.3.	A postura do magistrado durante a instrução em plenário	133
5.3.1.	A legítima defesa da honra e a nulidade argumentativa	134
5.4.	Do indeferimento de perguntas durante a instrução em plenário	136
5.4.1.	Lei 14.245/2021 (Lei Mariana Ferrer) – Art. 474-A	137
5.4.1.1.	A celeuma trazida pelos incisos I e II.....	139
5.4.1.2.	A interpretação possível.....	141
5.4.1.3.	Considerações finais	142

5.5. Ordem das oitivas e das perguntas	143
5.6. A desistência unilateral do depoimento da testemunha e o princípio da comunhão das provas.....	147
5.7. Oitiva de testemunha sem a presença do acusado.....	149
5.8. Oitiva de “testemunha do juízo” anteriormente dispensada pela parte	150
5.9. Reinquirição das testemunhas em réplica e tréplica.....	151
5.10. Oitiva de corréu na qualidade de testemunha	152
5.11. Oitiva do assistente de acusação em plenário	153
5.12. Acareação, reconhecimento de pessoas e coisas e esclarecimento dos peritos	154
5.12.1. Reconhecimento de pessoas em plenário.....	155
5.13. Oitiva de especialista contratada pela parte	157
5.14. Falso testemunho prestado perante o Tribunal do Júri	157
5.15. Desnecessidade da compatibilidade entre o crime de falso testemunho e as teses levantadas em plenário	160
5.16. Retratação no crime de falso testemunho	161
5.17. Leitura de peças	161
5.18. A restrição da fase de leituras, a busca pela plena imediação e a utilização do inquérito policial.....	162
5.19. Utilização de elementos informativos no júri e juiz de garantias	165
5.20. Registro dos depoimentos e a desnecessidade da sua transcrição	167
5.21. O interrogatório no Plenário do Tribunal do Júri.....	170
6. DEBATES E QUESTÕES CORRELATAS	173
6.1. A ordem legal nas sustentações orais	173
6.2. Limitação na atuação das partes.....	173
6.2.1. A pronúncia como limitação da acusação em plenário	174
6.2.2. Limitação defensiva pela Legítima Defesa da Honra	175
6.3. Do tempo de sustentação oral	177
6.4. A insuficiência do tempo legal para as sustentações orais e a possibilidade da sua ampliação	178
6.5. Agravantes e atenuantes.....	178
6.5.1. Atenuante da confissão espontânea citada na pronúncia, porém, não sustentada no plenário	180
6.5.2. Atenuante da confissão espontânea alegada no interrogatório....	181
6.5.3. Atenuantes e agravantes objetivas.....	181
6.6. Das nulidades em plenário	183
6.6.1. O excesso de fundamentação na pronúncia e a vedação da sua utilização como argumento de autoridade	184
6.6.2. Outras decisões e sua utilização como argumento de autoridade	188

6.6.3.	A leitura dos antecedentes criminais do acusado	191
6.6.4.	Uso de algemas como argumento de autoridade	192
6.6.5.	Direito ao silêncio	192
6.6.6.	Taxatividade das hipóteses elencadas no art. 478 do CPP	194
6.6.7.	Impugnação imediata e preclusão	195
6.8.	A leitura de documentos e a exibição de objetos na sessão de julgamento	196
6.8.1.	Contagem de prazo processual regressivo para juntada de documentos e objetos	197
6.8.2.	A juntada de documentos e objetos e a cientificação da parte adversa	197
6.8.2.1.	Resolução CNJ 408/2021 e os documentos digitais...	203
6.8.3.	Juntada de documento ou objeto que não guarda relação com os fatos.....	204
6.9.	Entrega aos jurados de cópias de peças do processo	205
6.10.	Certidão de antecedentes criminais do acusado.....	205
6.11.	Utilização de projetor durante a sessão de julgamento	205
6.12.	Apresentação em plenário de fotografia da vítima obtida em data anterior ao evento delituoso	206
6.13.	Nulidade de natureza relativa ou absoluta – divergência	206
6.14.	Comportamento do juiz presidente	207
6.15.	Carência de defesa em plenário e dissolução do Conselho de Sentença	208
6.16.	Réplica e tréplica.....	210
6.16.1.	Tréplica sem réplica.....	211
6.16.2.	Exercício da réplica pelo procurador do assistente de acusação	211
6.16.3.	Inovação da tese na tréplica	212
6.16.4.	Inovação em tréplica e o pedido genérico de absolvição	213
6.17.	Apartes	214
6.18.	Esclarecimento das partes e dos jurados	216
6.19.	Verificação de fato essencial para o julgamento	220
6.20.	Da gravação das sessões de julgamento.....	221
7.	FASE DE QUESITOS E OUTRAS QUESTÕES.....	223
7.1.	A reforma operada com a Lei 11.689/2008 e a busca pela simplificação dos quesitos	223
7.2.	Elaboração dos quesitos.....	226
7.3.	Leitura dos quesitos e eventuais requerimentos das partes.....	227
7.4.	A arquitetura dos quesitos. Noção introdutória.....	228
7.5.	Desclassificação.....	229
7.5.1.	Desclassificação própria x desclassificação imprópria.....	229
7.5.2.	Desclassificação – Dolo direto e dolo eventual – Quesitação	230

7.5.3. Desclassificação e crime conexo	233
7.5.4. Cumulação da tese absolutória (principal) com outra desclassificatória (secundária)	233
7.5.5. Desclassificação de feminicídio para homicídio.....	234
7.6. Quesito genérico absolutório: o jurado absolve o acusado?.....	235
7.7. Superação da tese da negativa de autoria e reconhecimento do quesito absolutório genérico	235
7.8. Princípio da correlação entre a acusação e a decisão de pronúncia.....	236
7.9. Imputação por dolo direto e quesitação amparada em dolo eventual ...	237
7.10. Causas de diminuição, qualificadoras e causas de aumento de pena	238
7.10.1. Colaboração premiada como causa de diminuição	238
7.11. Qualificadora admitida no dispositivo da pronúncia, mas não fundamentada	239
7.12. Homicídio privilegiado – Incompatibilidade com qualificadoras subjetivas.....	241
7.13. Concurso formal e multiplicidade de vítimas	242
7.14. Impugnação dos quesitos e preclusão	242
7.15. A sistemática da votação	243
7.16. Sentença.....	246
7.17. Sentença absolutória	246
7.18. Sentença condenatória	247
7.19. Execução provisória da pena após a condenação pelo Tribunal do Júri...	248
7.20. Leitura da Sentença em Plenário.....	250
7.21. Ata da sessão de julgamento	250

PARTE II

MODELOS DECISÓRIOS – ROTEIRO PRÁTICO PARA JUÍZES

A CONDUÇÃO DOS TRABALHOS PERANTE O PLENÁRIO DO TRIBUNAL DO JÚRI: FASES E MODELOS DECISÓRIOS – ROTEIRO PRÁTICO PARA JUÍZES	255
--	-----

PARTE III

QUESITAÇÃO PRÁTICA

QUESITAÇÃO	273
Conceito e características	273
Fontes dos quesitos.....	273

1.3.9.	Homicídio qualificado – Contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição (art. 121, § 2º, VII, do CP)	301
1.3.10.	Homicídio qualificado – pelo emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido (art. 121, § 2º, VIII, do CP)	302
1.3.11.	Homicídio qualificado – homicídio cometido contra menor de 14 (quatorze) anos (art. 121, § 2º, IX, do CP)	303
1.4.	Causas de aumento no homicídio	304
1.4.1.	Vítima menor de 14 anos e com deficiência ou com doença que implique o aumento de sua vulnerabilidade (art. 121, § 2º-B, I, do CP)	304
1.4.2.	Vítima menor de 14 anos e o crime foi cometido pelo ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela (art. 121, § 2º-B, II, do CP)	305
1.4.3.	Se o crime for praticado em instituição de educação básica pública ou privada (art. 121, § 2º-B, III, do CP)	306
1.4.4.	Vítima maior de 60 anos (art. 121, § 4º, do CP)	307
1.4.5.	Crime praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança (art. 121, § 6º, do CP)	307
1.4.6.	Crime praticado por grupo de extermínio (art. 121, § 6º, do CP)	308
1.5.	Feminicídio	309
1.5.1.	Feminicídio pela violência doméstica e familiar (art. 121-A, § 1º, I, do CP)	309
1.5.2.	Feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher (art. 121-A, § 1º, II, do CP)	310
1.6.	Causas de aumento no feminicídio	311
1.6.1.	Crime de feminicídio cometido durante a gestação, nos 3 (três) meses posteriores ao parto ou se a vítima é a mãe ou a responsável por criança, adolescente ou pessoa com deficiência de qualquer idade (art. 121-A, § 2º, I, do CP)	311

1.6.2.	Crime de feminicídio cometido contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental (art. 121-A, § 2º, II, do CP)	313
1.6.3.	Crime de feminicídio cometido na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima (art. 121-A, § 2º, III, do CP)	314
1.6.4.	Crime de feminicídio cometido em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 22 da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) - (art. 121-A, § 2º, IV, do CP)	315
1.6.5.	Crime de feminicídio cometido com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura (art. 121-A, § 2º, V, do CP)	317
1.6.6.	Crime de feminicídio cometido por meio insidioso ou cruel (art. 121-A, § 2º, V, do CP)	318
1.6.7.	Crime de feminicídio cometido por meio que possa resultar em perigo comum (art. 121-A, § 2º, V, do CP)	319
1.6.8.	Crime de feminicídio cometido à traição, de emboscada ou mediante dissimulação (art. 121-A, § 2º, V, do CP)	321
1.6.9.	Crime de feminicídio cometido por outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido (art. 121-A, § 2º, V, do CP)	322
1.6.10.	Crime de feminicídio cometido com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido (art. 121-A, § 2º, V, do CP)	323
2.	Tentativa e teses desclassificadoras	324
2.1.	Tentativa	327
2.1.1.	Tentativa de homicídio (art. 121, c/c art. 14, II, do CP)	327
2.1.2.	Tentativa de feminicídio pela violência doméstica e familiar (art. 121-A, § 1º, I, do CP)	328
2.1.3.	Tentativa de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher (art. 121-A, § 1º, II, do CP)	329
2.2.	Desclassificação	330
2.2.1.	Desclassificação para homicídio culposo como tese principal (art. 121, § 3º, do CP)	330
2.2.2.	Desclassificação para homicídio culposo como tese subsidiária (art. 121, § 3º, do CP)	331

2.2.3.	Desclassificação para homicídio culposo na direção de veículo automotor como tese principal (art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro)	332
2.2.4.	Desclassificação para homicídio culposo na direção de veículo automotor como tese subsidiária (art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro)	333
2.2.5.	Desclassificação para lesão corporal seguida de morte como tese principal (art. 129, § 3º, do CP).....	334
2.2.6.	Desclassificação para lesão corporal seguida de morte como tese subsidiária (art. 129, § 3º, do CP).....	336
2.3.	Excesso culposo nas excludentes.....	337
3.	Teses defensivas	337
3.1.	Erro sobre a pessoa (art. 20, § 3º, do CP).....	341
3.2.	Tese de exclusão de imputação	342
3.2.1.	Tese de exclusão de imputação pela superveniência de causa independente (art. 13, § 1º, do CP) – Pedido de desclassificação para crime não doloso contra a vida	342
3.2.2.	Tese de exclusão de imputação pela superveniência de causa independente (art. 13, § 1º, do CP) – Pedido de desclassificação para tentativa de homicídio	343
3.3.	Participação.....	344
3.3.1.	Homicídio consumado – Acusação de ser partícipe...	344
3.3.2.	Participação de menor importância (art. 29, § 1º, do CP)	345
3.4.	Cooperação	346
3.4.1.	Cooperação dolosamente distinta (art. 29, § 2º, do CP)	346
3.4.2.	Cooperação dolosamente distinta e/ou participação de menor importância – Sustentação de ambas as teses pela defesa	347
3.5.	Embriaguez como causa de diminuição de pena.....	348
3.6.	Inimputabilidade como tese sustentada pela defesa (art. 26 do CP).....	349
3.7.	Semi-imputabilidade (parágrafo único do art. 26 do CP)	350
3.8.	Erro de proibição indireto evitável – Erro de permissão (art. 21 do CP)	351
3.9.	Colaboração premiada (ou delação premiada).....	352
4.	Outros crimes de competência do Tribunal do Júri	353
4.1.	Induzimento, instigação e auxílio ao suicídio.....	355
4.1.1.	Induzimento ao suicídio – Consumado (art. 122 do CP)	355

4.1.2.	Instigação ao suicídio – Consumado (art. 122 do CP)	356
4.1.3.	Auxílio ao suicídio – Consumado (art. 122 do CP)...	357
4.1.4.	Induzimento ao suicídio – Resultando lesão corporal grave (art. 122, § 1º, do CP)	357
4.1.5.	Instigação ao suicídio – Resultando lesão corporal grave (art. 122, § 1º, do CP).....	358
4.1.6.	Auxílio ao suicídio – Resultando lesão corporal grave (art. 122, § 1º, do CP).....	359
4.1.7.	Causa de aumento – Motivo egoístico – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, I, do CP)	360
4.1.8.	Causa de aumento – Motivo torpe – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, I, do CP)	361
4.1.9.	Causa de aumento – Motivo fútil – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, I, do CP)	362
4.1.10.	Causa de aumento – Vítima menor de 18 anos (mas maior de 14) – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, II, do CP).....	363
4.1.11.	Causa de aumento – Vítima com diminuída capacidade de resistência – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, II, do CP).....	363
4.1.12.	Causa de aumento – Crime realizado por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 4º, do CP)	364
4.1.13.	Causa de aumento – Autor é líder, coordenador ou administrador de grupo, de comunidade ou de rede virtual, ou por estes é responsável (art. 122, § 5º, do CP)	365
4.2.	Infanticídio	366
4.2.1.	Infanticídio (art. 123 do CP) – Como crime admitido na pronúncia.....	366
4.2.2.	Infanticídio (art. 123 do CP) – Como tese defensiva – Acusada pronunciada por homicídio.....	367
4.3.	Aborto provocado	368
4.3.1.	Aborto provocado pela gestante (1ª parte do art. 124 do CP)	368
4.3.2.	Aborto provocado com o consentimento da gestante (2ª parte do art. 124 do CP).....	369

4.3.3.	Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP)	369
4.3.4.	Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP) – Decisão de admissibilidade reconhece o consentimento da gestante	370
4.3.5.	Aborto provocado por terceiro com consentimento inválido por parte da gestante (art. 126, parágrafo único, do CP).....	371
4.3.6.	Causa de aumento – Gestante sofre lesão de natureza grave – Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP)	372
4.3.7.	Causa de aumento – Gestante sofre lesão de natureza grave – Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP)	373
4.3.8.	Causa de aumento – Morte da gestante – Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP)	374
4.3.9.	Causa de aumento – Morte da gestante – Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP)	375
5.	Crimes conexos.....	376
5.1.	Lesão corporal.....	377
5.1.1.	Lesão corporal (art. 129, caput, do CP)	377
5.1.2.	Lesão corporal grave (art. 129, § 1º, do CP)	378
5.1.3.	Lesão corporal “gravíssima” (art. 129, § 2º, do CP)	378
5.1.4.	Lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º, do CP)	379
5.2.	Rixa	380
5.2.1.	Rixa (art. 137 do CP)	380
5.2.2.	Rixa qualificada (art. 137, parágrafo único, do CP).....	381
5.3.	Furto (art. 155 do CP)	381
5.4.	Roubo (art. 157 do CP).....	382
5.5.	Extorsão (art. 158 do CP)	383
5.6.	Extorsão mediante sequestro (art. 159 do CP)	383
5.7.	Destruição, subtração ou ocultação de cadáver (art. 211 do CP).....	384
5.8.	Estupro	385
5.8.1.	Estupro (art. 213 do CP)	385
5.8.2.	Estupro de vulnerável – Contra menor de 14 anos (art. 217-A do CP)	385
5.8.3.	Estupro de vulnerável – Contra pessoa com deficiência (art. 217-A, § 1º, do CP)	386

5.8.4.	Estupro de vulnerável – Contra pessoa que não podia oferecer resistência (art. 217-A, § 1º, do CP).....	387
5.9.	Associação criminosa (art. 288 do CP)	387
5.10.	Constituição de milícia privada (art. 288-A do CP)	388
5.11.	Porte ilegal de arma de fogo	389
5.11.1.	Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 14 da Lei 10.826/2003).....	389
5.11.2.	Porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16 da Lei 10.826/2003)	389
5.11.3.	Porte ilegal de arma de fogo de uso proibido (art. 16, § 2º, da Lei 10.826/2003).....	390
5.11.4.	Disparo de arma de fogo (art. 15 da Lei 10.826/2003)	391
5.12.	Fraude processual (art. 347 do CP)	391
5.13.	Falso testemunho.....	392
5.13.1.	Falso testemunho ocorrido durante o plenário (art. 342 do CP)	392
5.13.2.	Falso testemunho ocorrido antes do julgamento em plenário (art. 342 do CP).....	393
5.14.	Corrupção de menores (art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/1990).....	393

PARTE IV

MODELO COMPLETO DE ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO

MODELO DE ATA DA SESSÃO.....	397
ÍNDICE REMISSIVO	403
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	407